

# OS DESCAMINHOS DA POLÍTICA E SEUS RESSIGNIFICADOS: APONTAMENTOS EMPÍRICOS SOBRE FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E PACTO CONCILIATÓRIO

Resultados empíricos preliminares de investigação em curso.

Grupo de trabalho gt. 13: Reforma do Estado, governabilidade e democracia na América.

Luige Costa Carvalho de Oliveira

## **Resumo:**

Alguns levantamentos empíricos e analíticos sobre a chegada do PT à prefeitura de Aracaju no ano de 2000; as negociações para efetivação de seu candidato envolvendo dirigentes nacionais e político do PMDB local e dados sobre financiamentos privados de campanhas fazem parte desse esboço analítico como possibilidade de visualizar o processo de destituição da política a partir da chegada do PT ao executivo e o abandono de sua perspectiva de atuação política baseada no enfrentamento ao pacto conciliatório entre as oligarquias políticas. Para tanto, tomamos a noção de Política a partir do conceito de Rancière sobre desentendimento, como denominador que acompanha nossas observações, em busca de assim clarificar duas variáveis de análise, quais sejam, 1) os entornos do abandono de uma política gestada no conflito de classes por parte do Partido dos Trabalhadores. 2) Os financiamentos privados de campanhas como elo que impossibilita o processo de disputa gestado pelo desentendimento, visto que, aqueles que não aderem aos mesmos, passam a ser excluídos do jogo político com possibilidades de vitória.

**Palavra-Chave:** Política, Conflito, Pacto Conciliatório e Financiamento de Campanha

## **I) Introdução**

Em linhas gerais, me proponho com esse ensaio, desenvolver um esboço reflexivo como parte daquilo que venho pesquisando enquanto parte do trabalho dissertativo do programa de pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Para tanto buscarei algumas aproximações entre duas variáveis que me possibilitaria compreender a destituição do conflito da política<sup>1</sup>. A primeira variável está relacionada à lógica funcional do sistema de financiamento privado de campanhas eleitorais e seu crescimento maciço. A segunda está mais relacionada ao fenômeno do pacto conciliatório a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores ao Executivo de Aracaju no ano de 2000. No primeiro, trabalho com alguns dados referentes ao financiamento de campanha dos processos eleitorais de 2002 a 2010. Na segunda variável de análise, tento trabalhar em cima da hipótese de como a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Executivo de Aracaju a partir de 2000, representa a construção inicial de um pacto conciliatório com setores da burguesia política local, outrora combatida pelo partido.

Para tanto, mobilizamos fontes históricas de base analítica, dados de campanhas eleitorais referentes aos gastos financeiros e abordagem do referencial teórico que segue uma linha reflexiva da

---

<sup>1</sup> O conceito de política ao qual me remonto durante minhas reflexões e pesquisas está alicerçado no conceito trabalhado por Rancière em sua tese sobre o desentendimento, o qual a política significa conflito entre os antagonicos. Ou seja, a política enquanto espaço onde uma classe reivindica a parte de outra classe, por isso é conflito..

Política enquanto espaço do conflito e não do consenso. Portanto, essas duas variáveis me possibilita compreender aquilo que o prof. Francisco de Oliveira (2003; 2007a; 2007b; 2010), vai denominar como a nulidade da política, sua colonização pelo campo econômico levando ao seu esvaziamento e completa irrelevância aparente.

Os dados encontrados e o referencial teórico mobilizado, tem nos suscitado a refletir sobre a “imposição” da adesão de políticos e partidos à busca por grandes financiamentos privados de campanha enquanto única possibilidade de participação do jogo eleitoral com possibilidades de vitória eleitoral. Ou seja, aqueles que não aderem a essa lógica não figuram – com raras exceções - entre os candidatos com reais chances de participar do jogo eleitoral, efetivamente.

Por sua vez, essa lógica tem levado por um lado ao encarecimento das campanhas eleitorais em todas as esferas, por outro lado, os partidos e candidatos se tornam reféns desses imperativos, buscando cada vez mais estar inseridos dentro desse processo. Surge com isso o primeiro questionamento, qual seja, e aqueles que não aderem a esse processo? Estão fora do jogo? Logo o campo político passa por uma ressignificação, e os debates pautados nas diferenças ideológicas, nos grandes debates sobre projeto de sociedade, sobre igualdade social, sobre luta de classes e seus interesses antagônicos, passam a ceder lugar ao discurso do consenso, da governabilidade, da coalisão, responsabilidade social, respeito às regras e contratos, pacto etc.

## II) As eleições e suas Reconfigurações

Nas eleições Municipais do ano de 2000, observar-se-ia, em Aracaju um processo de (re)configuração política no Estado, tendo o Partido dos Trabalhadores a frente desse processo. O mesmo foi eleito no primeiro turno das eleições aracajuanas, tendo o ex-deputado Federal Marcelo Déda sagrando-se único candidato do partido dos trabalhadores eleito no primeiro turno nas capitais do Brasil. Porém, o processo que o levou a vencer as eleições de 2000 traz algumas inquietações dentro dessas pesquisas no que diz respeito aos bastidores da campanha, observando assim, algumas mudanças na postura do Partido dos Trabalhadores e seu candidato, o qual trataremos mais a frente.

Essa eleição foi marcado por diversas movimentações de última hora que acabaram propiciando um terreno fértil para candidatura de Marcelo Déda pelo Partido dos Trabalhadores ao cargo de prefeito da capital sergipana. De um cenário aparentemente inviável para uma candidatura do PT com possibilidades de vitória eleitoral ao surgimento do nome de Marcelo Déda em negociações que envolveram dois dos principais dirigentes nacionais do PT à época – José Dirceu e Lula – juntamente com Jackson Barreto, político local que na redemocratização esteve vinculado ao PMDB, como grande liderança local, ex-prefeito de Aracaju e responsável direto pela eleição de três políticos desconhecidos da população, como prefeitos de Aracaju<sup>2</sup>.

Se anteriormente ao pleito eleitoral, tinha-se um cenário que apontava para candidatura de reeleição do prefeito de então, João Augusto Gama (PMDB), com apoio do Governo Estadual – Albano Franco (PSDB) - e de várias lideranças locais, o caminho de sua candidatura passou por diversas fissuras decorrente das tentativas de entendimento e apoio político de sua reeleição, modificando o cenário de disputa centrada nos candidatos Senador Valadares (PSB), o ex-prefeito José Almeida Lima (à época era filiado ao PDT), o atual prefeito de então, passasse por novas incorporações de

---

<sup>2</sup> Jackson Barreto foi eleito prefeito em Aracaju por dois mandatos, de 1986-1988 e 1992-1994. Além de ter sido responsável direto pela eleição de **Wellington Paixão** (1989-1992). Em 1994 Jackson Barreto deixa a prefeitura com seu vice, **Almeida Lima** (1994-1996) para se candidatar ao Governo de Sergipe. Após rompimento com Almeida Lima, lança em 1996 o nome de **João Augusto Gama** como candidato a prefeito de Aracaju, que vence as eleições para o período de 1996-2000. Gama desiste de sua candidatura à reeleição e juntamente com Jackson Barreto, apoiam o candidato do Partido dos Trabalhadores, Marcelo Déda.

candidaturas fortes politicamente para disputa do cargo. Essa nova configuração foi possível pela desistência de João Augusto Gama, abrindo com isso um leque de novas possibilidades e dificuldades para se emplacar outros candidatos.

No lado do PT, nomes nacionais do partido como José Dirceu e Lula, tentavam seduzir Marcelo Déda a se candidatar ao cargo, fato que contou com a oferta de Jackson Barreto dele e políticos do PMDB apoiarem sua candidatura. Mesmo com a resistência de Déda, este acabou sendo convencido pela cúpula do partido, logo após sua confirmação enquanto candidato, houve a desistência da candidatura do prefeito João Augusto Gama pelo PMDB, que liderava as pesquisas de intenção de voto até então. Diante da dificuldade do PMDB encontrar substituto, a desistência de Jackson Barreto de se candidatar por esta agremiação e a crise que se abria dentro do partido, a candidatura de Marcelo Déda pelo Partido dos Trabalhadores ia ganhando corpo. (DANTAS, 2002).

Era um quadro inusitado na política sergipana. Os principais partidos do país, PMDB, PFL e PSDB não encontravam nomes dispostos a concorrer ao cargo de prefeito de Aracaju no pleito de 2000. Enquanto isso, lideranças de destaque dessas agremiações estiveram a mendigar a aprovação do apoio a Déda. A situação ficou mais constrangedora quando o senador José Eduardo Dutra manifestou a rejeição pública a Jackson Barreto, aumentando os receios de políticos em aderir ao PT.

Quanto a Gama [...] declarou desde 1º de Julho sua adesão à candidatura de Déda. Em compensação, este o elogiou em discurso na convenção, mesmo porque a orientação de Lula e Dirceu era de estabelecer a aliança.

Nas outras esferas, lá pelos dias 2 e 3 de Julho membros do PMDB e do PPS, órfãos e desgarrados, que não encontraram guarida no PT ou no PDT, procuraram o senador Valadares, juntaram-se aos postulante do PSB e formaram a maior coligação do pleito: PSB + PFL + PMDB + PSDC + PRTB + PT do B + PMN + PRN + PGT + PPB + PTB + PST, agrupando 240 candidatos a vereador. Em contrapartida a coligação de Almeida Lima tinha 135 e a que respaldava Déda contava apenas com 21 postulantes à Câmara Municipal. Além desses partidos entraram na competição o PHS e o PV. (DANTAS, 2002, p. 235)

Criou-se um clima de grande euforia com a candidatura do PT que ainda contou com apoio dos partidos de esquerda PCB e PSTU, instalando assim um clima de euforia, propagandeado nos discursos eleitorais que era possível derrotar as grandes oligarquias da política local, fato que foi explorado com o slogan da “MUDANÇA”. Dentro de um cenário que clamava por mudanças, o PT soube usar a seu favor, já que a própria direita entrava em crise por não conseguir um nome consensual entre suas legendas:

Nas hostes do PFL havia uma facção que propunha a senadora Maria do Carmo Alves para concorrer ao cargo, mas a postulante não se confirmou. O apoio de Valadares à candidatura de João Alves Filho no segundo turno de 1998 e/ou o risco da campanha, contribuíram para o PFL aderir ao senador do PSB. Do lado do governador nenhum quadro do seu PSDB se julgou com cacife suficiente. Dessa forma, o campo foi ficando livre para os políticos de perfil oposicionista mais consolidado.

Ao final, além das candidaturas de Antonio Carlos Valadares (PSB), José Almeida Lima (PDT) e Marcelo Déda Chagas (PT), concorreram também o

professor Adelmo Macedo pelo PHS e o deputado do PV Ismael Silva. (DANTAS, 2002. p.256)

É a partir desse marco, caracterizado como “verdadeiro” processo de mudanças na política sergipana que vamos nos debruçar nos caminhos escolhidos pelo PT, visto que, partimos do pressuposto que foi a partir da chegada do PT/PCdoB à prefeitura de Aracaju que vamos perceber uma nova reconfiguração na política partidária do Estado tendo em seguida uma movimentação de incorporação da “Mudança” à lógica estrutural do financiamento privado de campanha e seu locus de fisiologismo político a partir das alianças pragmáticas, política de conciliação de classe, enquanto uma marca da política conciliatória entre os partidos que outrora o PT sempre se colocou na linha de frente de oposição. Sobre o novo prefeito de Aracaju:

Marcelo Déda vem construindo uma das carreiras mais exitosas da política sergipana, não obstante algumas derrotas retumbantes. Ainda jovem estudante universitário, inscreveu-se como postulante a deputado estadual em 1982, obtendo pequena votação. Em 1985 candidatou-se a prefeito e foi uma das grandes revelações do pleito, conseguindo o segundo lugar. No ano seguinte tornou-se o deputado estadual mais votado da história eleitoral de Sergipe. Depois de um mandato atuante e brilhante na Constituinte, candidatou-se a prefeito em 1988. Começou nas pesquisas com 35% das intenções de voto contra 6% do seu maior adversário, terminou o pleito com 6,25% dos votantes e, em 1990, não conseguiu reeleger-se para deputado estadual. Mas, em 1994, começaria sua recuperação. Foi eleito deputado federal, destacou-se no exercício do mandato e, em 1998, retornou à Câmara dos Deputados com a maior votação do Estado sem exercitar o clientelismo. Naquela casa legislativa, foi líder de sua bancada e, em 2000, aliado com o PCB e o PCdoB, foi o único candidato do PT eleito no primeiro turno nas capitais. Do parlamentar brilhante, restava ver seu desempenho como executivo. (DANTAS, 2002. p.43)

No primeiro momento do mandato, o prefeito sofreu forte oposição na Câmara de Vereadores, pois além de não contar com alto número de aliados naquela casa, ainda sofreu com a saída da legenda de um de seus vereadores – Samarone transferiu-se para o PDT -. Com dificuldades em manter fortalecida sua política dentro da Câmara de Vereadores, Marcelo Déda passa a sinalizar abertura de diálogo com as bases da oposição.

Mais a frente o prefeito Marcelo Déda, enquanto principal nome do PT no Estado liderou um processo de negociações políticas que ampliaram seu arco de aliança, por conta do pleito de 2002 para Governador do Estado. Assim formou-se uma coalizão na disputa do segundo turno, em torno do candidato do PT ao Governo do Estado em 2002, José Eduardo Dutra, com apoio do PSB, PL, PTB e PSDB, tendo a liderança do ex-governador do PSDB, Albano Franco. (DANTAS, 2004).

Mesmo não conseguindo vencer as eleições de 2002 para o Governo do Estado, o PT, que a nível nacional elege Lula como presidente, se firma estadualmente enquanto força política capaz de fazer frente à liderança estadual de João Alves Filho. Albano Franco (PSDB), acostumado a manter bom relacionamento com os situacionistas, passa então, ora estabelecer um bom diálogo com o grupo liderado por Marcelo Déda, ora declarar apoio ao PFL de João Alves.

Durante décadas Albano Franco (PSDB) e João Alves (ex-PFL, hoje DEM) mantiveram uma relação de aproximação e embate, nos períodos em que estiveram a frente do Governo do Estado. Esse processo envolvendo duas figuras marcantes do processo político Sergipano, volta a sofrer abalos, diante da postura de Albano Franco em estabelecer uma base de apoio político ao grupo liderado pelo

petista Marcelo Déda. Enquanto resposta política aos novos direcionamentos do ex-Governador Albano Franco (1994-2002), o atual Governador João Alves (2002-2006) passa a fazer duras críticas ao seu antecessor, que por sua vez passa a estreitar maiores laços políticos com o campo liderado por Déda.

Porem, acerca do processo eleitoral de 2006, com as pressões nacionais do PSDB para composição de aliança local com o PFL, cria-se um paradoxo para as pretensões de Albano Franco:

Com sua vocação irresistivelmente governista, o líder tucano havia transitado em todos os partidos situacionistas a partir de 1966, quando foi eleito deputado estadual. Posteriormente, em várias ocasiões esteve ao lado de João Alves e, com seu apoio decisivo, venceu as eleições de 1994. Mas, em 1998, Albano Franco enfrentou seu ex-correligionário e derrotou-o no segundo turno. No pleito seguinte, João Alves ganhou e, ao longo de sua gestão, dedicou-se a fazer o contraponto com o governo de seu antecessor para criticá-lo, considerando-o inoperante. Diante desses precedentes, Albano manteve diálogo com Marcelo Déda, sinalizando com a perspectiva de apoiá-lo, estimulado inclusive pelos parlamentares tucanos que foram bastante maltratados em suas bases eleitorais pelas ações do governo pefelista.

Contudo, percebendo que o líder do PSDB seria importante, sobretudo para ampliar a influência junto ao Judiciário e ao Tribunal de Contas, João Alves reivindicou o seu apoio. Mas foi uma negociação arrastada entre dois homens experimentados. Houve oferta de secretarias, da vice-governadoria, mas a resolução demorou a sair, sobretudo porque o chefe do executivo, acreditando na pressão do PSDB nacional, via na aliança uma alternativa natural. Enquanto isso, o ex-governador Albano Franco procurava se valorizar, sinalizando que iria apoiar o PT. A decisão do STF pela verticalização impossibilitou a aliança formal com o Partido dos Trabalhadores, mas Albano Franco continuava conversando, insinuando que iria apoiar de alguma forma os opositoristas até que, em 19.06.2006, anunciou que o partido iria sair sozinho, sem alianças formais. O governador ficou indignado e afirmou que Albano Franco, o homem mais rico do Estado, iria financiar a campanha do PT para destruí-lo. (DANTAS, 2006, p.24)

Com essa movimentação do PSDB local, as pressões nacionais se intensificaram, inclusive impedindo a candidatura do deputado Bosco Costa (PSDB), a candidatar-se a senador, deixando as portas do senado abertas para a reeleição da primeira dama Maria do Carmo Alves (PFL). Albano Franco acabou cedendo às pressões do PSDB nacional, voltou atrás do anúncio de lançar o PSDB de forma isolada no Estado e compôs aliança com o PFL em apoio à reeleição do governador João Alves Filho.

Contudo, varias foram as cicatrizes abertas com esse jogo de interesse e imposições, e algumas lideranças históricas acabaram rompendo com o PSDB e não seguiram as orientações do partido. Ao final a aliança em torno do candidato João Alves Filho, teve a seguinte composição: PFL+PSC+PSDB+PP+PPS+PV+PTdoB+ PTN+PHS+PRTB+PTC+ PAN.

Do outro lado, a composição de sustentação do nome do Partido dos Trabalhadores (PT) tendo a frente o nome de Marcelo Déda, que em 2006, deixa a prefeitura com seu vice, Edvaldo Nogueira do PCdoB e numa disputa com o governador João Alves do PFL, sagram-se vitorioso no pleito eleitoral, com uma ampla coligação, que envolvia os partidos PT, PMDB, PTB, PSB, PL e PCdoB. Desde a vitória para a prefeitura de Aracaju em 2000, o Partido dos Trabalhadores tendo a liderança de Marcelo Déda enquanto grande estrategista foi seduzindo vários agrupamentos de oposição ao PT, conseguindo

alongar sua base de apoio para partidos pragmáticos, que na história política do Estado, sempre fizeram oposição ao grupo liderado pelo PT.

### III) O PT e suas Origens

Tomamos a leitura do PT enquanto força de esquerda que surge na tentativa de superar os limites da política conciliatória brasileira, estabelecendo sua força dentro da organização da classe trabalhadora enquanto mecanismo necessário para organização desta, com vias a construção estratégica do Socialismo Democrático. Em sua Carta de Princípios redigida em 1º de Maio de 1979, por sua Comissão Nacional Provisória, fica evidente as proposições da criação do Partido dos Trabalhadores, enquanto mecanismo classista não vinculado à tradição conciliatória que marcou parte do MDB:

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

[...] cabe destacar que o processo chamado de *abertura política* está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

[...] Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositores, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre *os de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade. (Diretório Nacional do PT, 1998, pp 50-51)

Neste momento, a criação do PT buscava rejeitar qualquer elo de ligação com a política conciliatória brasileira, vista como mecanismo que impossibilitava melhoria real nas condições de vida, viabilização da distribuição da riqueza nacional, amplo processo de reformas sociais que buscassem superar toda estrutura montada pelo Regime Militar, etc. Rejeitava-se um modelo de democracia superficial onde os *donos do poder* mantinham intactos suas estruturas de poder político. O PT surge enquanto necessidade de superação dessa estrutura política - alicerçado num campo que envolvia duas forças que só aparentavam ser dissonantes – que privavam os que não possuíam parte de participar enquanto elo decisivo do jogo político brasileiro.

Apontamos essa lógica estrutural da política brasileira enquanto ferramenta que tenta destituir o conflito do espaço da política. Logo, interpretamos a política conciliatória do MDB - que da prosseguimento com sua transformação em PMDB no período pós-democratização com o alargamento de representações partidária no sistema político brasileiro – enquanto estrutura a ser questionada, problematizada e superada pelo nascimento do Partido dos Trabalhadores.

Este, enquanto a voz do dissenso dentro do processo político, onde sua marca de atuação se daria pelo conflito e defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação

organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

[...] Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

[...] buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

[...] O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo. (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 53-54)

Sendo assim, entendemos o surgimento do Partido dos Trabalhadores enquanto mecanismo que a partir de sua atuação e proposituras, durante o período de redemocratização, surgimento do MST, da CUT, dentre outras organizações sociais, poderia significar a possibilidade de republicanização da política brasileira nos anos 80.

Tinham-se dois cenários políticos no período de crise e fim do Regime Militar que acabavam servindo em certa medida ao próprio regime. Se de um lado existia uma política orquestrada pelo regime militar de abertura gradual, sem perder os mecanismos de dominação que construía ao longo da ditadura militar brasileira, por outro lado, a oposição moderada do MDB, e depois PMDB, de construir um pacto conciliatório sem grandes conflitos com o regime militar - fato marcado pela construção da Aliança Democrática e a proposta de pacto social apresentada por Tancredo Neves – favorecia uma transição sem grandes transtornos para o próprio Regime.

[...] a sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 1964, era uma das alternativas previstas no projeto de *abertura* lenta, gradual e segura, esboçado no início do governo Geisel, o principal sustentáculo militar na Aliança Democrática.

[...] A volta aos quartéis, da forma que se dá, sem apuração da responsabilidade política pelos 20 anos de arbítrio e corrupção, sem desmontar a comunidade de informações, o aparelho policial e o controle sobre o complexo industrial-militar, significa que o *poder militar* continua submetendo o *poder civil*, e não o contrário. Ou seja, é preciso lutar para conquistar a democracia.

[...] É neste contexto que deve ser analisada a proposta de pacto social apresentada por Tancredo Neves. [...] Em nome da consolidação de seu governo e de sua política, a Aliança Democrática quer dos trabalhadores um cheque em branco, um crédito de confiança, muito embora não se descarte de imediato a possibilidade de alguma concessão, que na essência, será mero paliativo, não podendo constituir elemento de barganha para os trabalhadores.

[...] O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial. (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 180-183)

É diante da apresentação desse quadro analítico, que nos interessamos em compreender como as linhas gerais o Partido dos Trabalhadores nasce vinculado à superação da tradição política brasileira marcada pelo pacto conciliatório, para em seguida ser defensor da necessidade de se estabelecer um pacto conciliatório. Mesmo nos referindo como exemplo, ao caso do Partido dos Trabalhadores em Aracaju, não perdemos como lócus sua relação com o estabelecimento de uma política defendida a

nível nacional pela cúpula dirigente do PT, que em Aracaju, teve esse processo negociado com os dirigentes nacionais José Dirceu e Lula. Aqui lançamos a hipótese em forma de pergunta, se no ano de 2000 não seria Aracaju um grande laboratório para o processo eleitoral de 2002, onde o Partido dos Trabalhadores elegeu seu Presidente da República.

#### **IV) Dinheiro e Eleições**

Essa nova realidade da configuração política do Estado, marcadamente pelo fisiologismo e pragmatismo, pode-se também ser percebida a partir da atração de grandes doações de campanhas eleitorais, visto que, se antes, o PFL (atual DEM) atraía os grandes investimentos com financiamento de campanhas, a partir dessa ascensão do grupo liderado pelo pragmatismo do PT, os números de doações passam a se inverter. Por exemplo, em 2002, PFL recebeu o montante de R\$ 2.530.042,17 em doações financeiras para campanha de Governador, enquanto o PT recebeu R\$ 802.997,37 em doações financeiras para sua campanha ao Governo do Estado. Ou seja, o PFL recebeu mais que o triplo em doações financeiras em comparação ao PT, no ano de 2002.

Nas eleições para Prefeitura de Aracaju em 2004, o Partido dos Trabalhadores, tendo politicamente se ressignificado ao processo marcado pelo pacto conciliatório, teve enquanto gastos oficiais, segundo dados do TSE e Transparência Brasil, o somatório de R\$ 765.971,99, enquanto a principal candidata de oposição ao petista Marcelo Déda, Suzana Azevedo (PPS) teve gastos no total de R\$ 511.365.971,99. Entre os gastos com campanha para vereador tivemos o PT liderando o quadro de gastos com campanhas eleitorais, com o montante de R\$ 322.303,02; enquanto o PV ficou com o segundo lugar com gastos de R\$ 146.560,13; seguido do PFL com R\$ 144.466,93; tendo em quarto lugar o PDT com R\$ 132.604,65.

O total de gastos de campanhas eleitorais pelos partidos – segundo os dados oficiais do TSE - ficaram na casa de R\$ 1.228.594,35.

Em 2008, nas eleições para Câmara de Vereadores de Aracaju, vamos ter um crescimento ainda maior dos gastos com campanhas eleitorais, chegando ao montante de R\$ 2.054.132,75. Tendo em ordem hierárquica como os maiores recebedores de doações PT; PSDB; PSB; DEM; PDT; PMDB; PCdoB; PV. No tocante dos gastos para Prefeito de Aracaju, do mesmo ano, vamos ter um total de R\$ 3.833.552,39 onde o Prefeito eleito pelo PCdoB recebeu um total de R\$ 1.904.084,99; seguido do candidato do PMDB com o valor de R\$ 1.078.130,00; Em terceiro lugar vamos ter o candidato do DEM com R\$ 848.017,40.

Já em 2010 para o cargo de Governo do Estado, continuamos a ter o crescimento dos gastos eleitorais com campanhas, liderado pelo Partido dos Trabalhadores recebe em doações financeiras um total de R\$ 6.301.389,57 enquanto o ex-governador João Alves Filho, recebe em doações financeiras a quantia de R\$ 3.479.546,51. Esse quadro de mudanças de privilégios no recebimento de doações financeiras acaba fortalecendo a hipótese apresentada ao longo de nosso estudo, que baseado em alguns trabalhos (Lemos, Marcelino e Pederiva, 2010; Rúbio, 2005) correlaciona os gastos de campanhas com vitórias eleitorais. Ao estudar a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006, os autores afirmam:

Do ponto de vista teórico, os cientistas políticos debruçam-se, há algum tempo, sobre os efeitos e a dinâmica das contribuições financeiras em campanhas eleitorais, procurando verificar se as contribuições financeiras afetam os resultados nas urnas, ou seja, se a quantidade de recursos é traduzida em votos.[...] Assumimos o pressuposto de que resultados eleitorais apresentam um claro vínculo com doações e gastos de campanha. [...] Não há como desconsiderar, por conseguinte, o papel central de cada candidato: ele é o



responsável pela busca das fontes dos recursos e pelo direcionamento dos gastos de suas campanhas. (LEMOS, MARCELINO, PEDERIVA, 2010, p.367-369)

Ou seja, não se coloca como novidade os estudos que comprovam a existência de uma relação determinante entre os gastos de campanhas e eleitos. Portanto, parte-se do pressuposto que os fatores econômicos se sobrepõem aos fatores da Política. Com efeito, temos cada vez mais gastos de dinheiro nas campanhas eleitorais, como demonstram as tabelas e gráficos referentes aos últimos três processos eleitorais para Câmara Estadual de Sergipe, conforme as tabelas:

**Tabela 1 - Câmara Estadual de Sergipe / 2002 / dados TSE**

Candidatos	Votos	Receitas
Eleitos	419.011	R\$ 851.371,00
Não Eleitos	294.904	R\$ 532.096,00
Total	713.915	R\$ 1.383.467,00

FONTE: TSE, 2002. (Prestações de Contas Eleitorais)

**Tabela 2 - Câmara Estadual de Sergipe / 2006 / dados TSE**

Situação	Candidatos	Votos	Receitas
Eleitos	21	508.062	R\$ 2.149.563,00
Suplentes	53	279.754	R\$ 1.291.553,00
Eleitos pela legenda	03	50.544	R\$ 275.788,00
Não Eleitos	19	35.037	R\$ 138.259,00
Total	96	873.397	R\$ 3.855.163,00

FONTE: TSE, 2006. (Prestações de Contas Eleitorais)

**Tabela 3 - Câmara Estadual de Sergipe / 2010 / dados TSE**

Situação	Candidatos	Votos	Receitas
Eleitos	24	643.584	R\$ 3.538.185,00
Suplentes	96	319.582	R\$ 2.759.110,00
Não Eleitos	10	3.766	R\$ 18.811,00
Total	130	966.932	R\$ 6.316.106,00

FONTE: TSE, 2010. (Prestações de Contas Eleitorais)

Estes números devem aumentar sensivelmente, pois carecem de uma precisão confiável, já que, como todas as informações referente aos gastos de campanha são auto-declaradas, dificultando uma análise, por exemplo, dos valores provenientes de usos ilegais de financiamento de campanhas, com

utilização de caixa-dois. Prática comum e sucessível de diversos escândalos nos processos eleitorais brasileiro e ignorado muitas vezes pelas instituições responsáveis pela fiscalização, como aponta Cláudio Weber Abramo (2007):

O brutal agravamento do problema de compra de votos tem sido ignorados pelas autoridades responsáveis pela lisura de eleições – em primeiro lugar, o Tribunal Superior Eleitoral. Caberia ao TSE aplicar-se num diagnóstico sistemático e profundo do problema. Pesquisas como a realizada pelo Transparência Brasil têm limitações de abrangência e precisão que seriam facilmente superadas pelo Tribunal, que tem obrigação de identificar as áreas mais problemáticas para, nelas, concentrar esforços especiais de prevenção e controle<sup>3</sup>.

## V) Conclusão

A chegada do Partido dos Trabalhadores e sua adesão aos grandes gastos com campanhas eleitorais fazem parte desse cenário analítico o qual nos propomos a estudar enquanto mecanismo que nos possibilita compreender o processo de retirada do Conflito do espaço da Política. Desse modo, as mudanças na linguagem de se comunicar, coligações e alianças pragmáticas, adesão aos grandes financiamentos privados, etc., acabam nos possibilitando o entendimento das movimentações que o PT escolhe como mecanismo para se chegar e manter-se no poder. Deste modo, o discurso combativo centrado na luta e conflito entre classes cedeu lugar à defesa de Pacto social entre Capital e Trabalho. (COUTINHO, 2010; OLIVEIRA, 2007b; 2010; PAOLI e RIZEK, 2007)

É a partir desse processo que apontamos a necessidade de analisar algumas variáveis dos financiamentos de campanhas eleitorais a partir de 2002, tendo em vista que com a chegada do PT à prefeitura de Aracaju identificamos uma (re)configuração na política partidária do Estado, que vai se fortalecer com a chegada do PT à Presidência da República no ano de 2002. Inclusive ocorrendo alterações nos destinos das grandes doações de dinheiro para os processos eleitorais. Esse percurso nos possibilitaria visualizar o processo de destituição da “política”. (RANCIÈRE, 1996)

Todo esse mapeamento das movimentações eleitorais a partir de alguns elementos como: negociação de Jackson Barreto com José Dirceu e Lula para viabilizar a candidatura de Marcelo Déda pelo Partido dos Trabalhadores em 2000; chegada do Partido dos Trabalhadores à prefeitura de Aracaju; Aliança política de Albano Franco (PSDB) e Marcelo Déda (PT), vão nos municiando de ferramentas analíticas que possibilita uma reflexão em torno dos principais mecanismos de análise, que por sua vez, nos remete ao encontro da hipótese do esvaziamento da Política – sempre tomando o sentido de Rancière – como resultante desses processos de ressignificação do Partido dos Trabalhadores e sua opção pela construção de um pacto conciliatório.

As chaves explicativas para esse processo de estabelecimento do processo de nulidade da política encontraram no abandono da perspectiva de atuação baseada no Conflito, por parte do PT e sua adesão à tradição política conciliatória brasileira, enquanto uma marca do pacto conciliatório pelo alto. Ou seja, tomando a noção de Política em Rancière<sup>4</sup>, identificamos na adesão do PT aos mecanismos que outrora nascera para combater, a exemplo da conciliação com as oligarquias da política e os financiamentos privados de campanha, uma chave analítica que nos possibilita encontrar algumas respostas e reflexões acerca do que seria esse processo de nulidade da política.

<sup>3</sup> Transparência Brasil. Compra de votos nas eleições de 2006. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/compravotos2006.pdf>

<sup>4</sup> A Política enquanto desentendimento, ou seja, espaço do conflito entre os diferentes, onde os que são destituídos de sua parte dentro do sistema capitalista, reivindicam pela política a parte daqueles que possuem parte.

## Referencial Bibliográfico

- ABRAMO, Claudio Weber. *Compra de Votos nas Eleições de 2006, Corrupção e Desempenho Administrativo*. Transparência Brasil. São Paulo, 2007.
- ARANTES, Paulo E. *Extinção*. – São Paulo: Boitempo, 2007.
- DANTAS, Ibarê. *Eleições em Sergipe (1985-2000)*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2002.
- LEMOS, Leany Barreto; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. *Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, 2010, p.366-397.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. “Capitalismo e Política: um paradoxo letal”. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- OLIVEIRA, F. BRAGA, R. e RIZEK, C. S. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. – São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, F. RIZEK, C.S. (orgs.) *A era da indeterminação*. – São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, F. PAOLI, M. C. (orgs.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global / organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC*. – Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. *El ódio a la democracia*. 1ª ed. – Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RUBY, Christian. *Rancière y lo político*. 1a ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.
- RUBIO, Délia Ferreira. *Financiamento de Partidos e Campanhas*. Revista Novos Estudos. Nº 73, 2005.

## Referencias Eletrônicas

- NE NOTÍCIAS. **Deputado de SE teve ajuda de empresa dos pardais**. Disponível em: <http://www.nenoticias.com.br/ler.php?var=1300631329>  
Acessado em Março de 2012
- NE NOTÍCIAS. **Edvaldo recebeu ajuda de empresa dos radares nas eleições**. Disponível em: <http://www.nenoticias.com.br/ler.php?var=1300795865>  
Acessado em Março de 2012
- LATINOBARÔMETRO. Disponível em: [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)  
Acessado em Julho de 2012
- TRANSPARENCIA BRASIL. **Compra de Votos nas Eleições de 2006, Corrupção e Desempenho Administrativo**. Disponível em: [www.transparencia.orb.br/docs/compravotos2006.pdf](http://www.transparencia.orb.br/docs/compravotos2006.pdf)  
Acessado em Junho de 2013
- TRANSPARENCIA BRASIL. **AS CLARAS. Prestações de contas eleitoral**. Disponível em: [www.asclaras.org.br/2002/index.hph?caoffset=0&DOffset=&enviar=Enviar&cargo=2&partido=-1&estado=26&ano=2002](http://www.asclaras.org.br/2002/index.hph?caoffset=0&DOffset=&enviar=Enviar&cargo=2&partido=-1&estado=26&ano=2002)  
[www.asclaras.org.br/2006/index.php?CAoffset=0&DOffset=&enviar=Enviar&cargo=7&partido=-1&estado=26&ano=2006](http://www.asclaras.org.br/2006/index.php?CAoffset=0&DOffset=&enviar=Enviar&cargo=7&partido=-1&estado=26&ano=2006)  
Acessado em Junho de 2013
- Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas**. Disponível em: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)  
[www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes\\_anteriores.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_anteriores.htm)  
Acessado em: Novembro de 2012.